

Políticas Lingüísticas e Políticas Universitárias: Pesquisa, Ensino e Extensão.

STURZA, Eliana Rosa

Universidade Federal de Santa Maria - BR

As Políticas Lingüísticas e as Políticas Universitárias: Ensino, Pesquisa e Extensão estão relacionadas, nesta proposta de reflexão, a partir de suas articulações que foram sendo construídas, ao longo de dois anos de organização e desenvolvimento de projetos no ENTRELÍNGUAS – Centros de Estudos sobre Práticas Lingüísticas e Culturais, criado em 2007, na Universidade Federal de Santa Maria, vinculado ao Departamento de Letras Estrangeiras Modernas. Integrando ações de ensino, pesquisa e extensão, este centro tem por objetivo desenvolver atividades acadêmicas e culturais que se refiram tanto à Língua Portuguesa como à Língua Espanhola - línguas estrangeiras e /ou segundas línguas, assim como suas relações de interface lingüística e cultural e suas políticas de promoção e certificação.

As universidades públicas brasileiras se estruturam no chamado tripé: Ensino, Pesquisa e Extensão. Deste modo, suas políticas se estabelecem e se delimitam nas instituições, sem necessariamente perder o elo entre o tripé. Desenvolver ações de pesquisa em política lingüística, por exemplo, permite que os acadêmicos envolvidos nos projetos ampliem suas percepções sobre as línguas, aprofundem as questões teóricas que norteiam seus objetos de investigação, relacionem saberes e criem uma cultura de pesquisa acadêmica e científica.

Por outro lado, toda a ação de extensão, tem na sua finalidade estabelecer um vínculo mais estreito com a sociedade, onde a universidade se relaciona de modo mais direto e visível com outras instituições, com empresas, com organismos governamentais e não-governamentais. É, por esta perna de sustentação do tripé, que a universidade é vista pela comunidade e onde sua atuação tem retorno mais imediato junto às comunidades, sobretudo porque lança os estudantes aos desafios do mundo moderno, desenvolvendo também o espírito da responsabilidade social desses futuros profissionais que vão entrar em breve no mercado de trabalho. Neste âmbito, as ações promovidas fazem um elo com a sociedade, possibilitando que os conhecimentos produzidos e/ou aprendidos saiam para fora dos muros da universidade.

Mesmo uma ação pensada para dentro dos muros, como as que atendem à comunidade universitária (alunos, professores e funcionários) permite uma inter-relação de pessoas, de áreas de conhecimentos e de visões tanto de mundo como profissionais. Na extensão se tem muito da aplicabilidade do conhecimento, da práxis.

Tanto nas ações de extensão como nas de pesquisa estão envolvidas também as de ensino, pois essas ações são como os sustentáculos, fora da sala de aula, para que os acadêmicos atuem de modo crítico sobre o conhecimento e sobre a sociedade. A qualidade do ensino se constrói com essas interligações, do contrário a universidade se tornaria, restrita ao espaço da sala de aula, um lugar do conteúidismo.

O que queremos apresentar é como, desde uma ação mais ampla articulada nesses vértices estruturantes da universidade, se relaciona com políticas lingüísticas planejadas, desenvolvidas e pesquisadas dentro do Entrelínguas.

Em primeiro lugar, é necessário esclarecer qual conceito de política estamos abordando. Entendemos que esse conceito permeia as discussões sobre as ações e as concepções com as quais desenvolvemos o trabalho de ensino, pesquisa e extensão de um centro que almeja, sobretudo, integrar suas atividades de tal modo que promova a inserção do acadêmico da área de Letras, envolvendo-o em tarefas de pesquisa, ensino e extensão, conformando um conjunto de fazeres e saberes.

Para explicitar o conceito de política lingüística que vamos operar, é necessário esclarecer que temos visto circular, pelo menos no Brasil, duas linhas de atuação em relação essa área dos estudos lingüísticos e, ao que parece, em plena expansão e evidência, o que já nos indica estar aí o político instaurado, dado os debates que buscam definir este campo do saber. Dividido, mas focado em questões lingüísticas latentes nas sociedades pós-modernas, tanto a chamada *Política Lingüística* como a *Política de Línguas* coloca como objeto de discussão as representações e as relações dos sujeitos com as línguas. No caso das línguas, o estatuto, as designações, as hierarquizações: línguas nacionais, línguas indígenas, línguas de imigração, línguas estrangeiras ou segundas línguas; As situações lingüísticas: educação lingüística, patrimônio lingüístico, oficialização ou co-oficialização, certificação e promoção de línguas. Na essência do debate estão, por um lado, o que seriam políticas enquanto ação e planejamento, portanto, àquelas políticas de modo mais explícito, que atuam de modo intervencionista no curso das representações e relações dos sujeitos falantes com as línguas. Neste sentido, são políticas, muitas vezes, absorvidas pelo Estado, quando entendidas como demandas de grupos de falantes (ou comunidades), por exemplo, o reconhecimento das línguas indígenas, o que obriga o Estado a criar e promover outras políticas como as de direito à educação dos indígenas nas suas próprias línguas. Políticas de revitalização de línguas de imigração, com apoio a projetos culturais de resgate ao patrimônio lingüístico e cultural, caso das inúmeras Sociedades Italianas com curso de línguas italianas aos jovens, netos e bisnetos de imigrantes, sem que isso represente uma ameaça à língua nacional, como já ocorreu em outros tempos da história nacional, no Brasil.

Sob este ponto vista, temos aqui a Política lingüística originada na tradição sociolingüística, tal como nos apresenta Calvet (2007:160)

... à medida que a lingüística se torna sociolingüística e que tenta descrever as relações entre línguas e sociedade, passando a interessar-se pelo plurilinguismo e pelos sentimentos lingüísticos etc, as políticas lingüísticas vão se interessar pelas funções das línguas, e essa passagem do corpus ao status demonstra tanto a evolução da Política lingüística quanto da Ciência das línguas.

Por outro lado, a *Política de Línguas* organiza o seu debate tomando como objeto os sentidos e/ou efeitos de sentidos do político (e da ética) das línguas nos discursos, inclusive, naqueles sobre as línguas.

Assim, resumida por Orlandi (2007:8):

Quando falamos de Política Lingüística enquanto Política de Línguas, damos à língua um sentido político necessário. Ou seja, não há possibilidade de se ter a língua que não esteja afetada desde sempre pelo político. Uma língua é um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica. Assim, quando pensamos em política de línguas já pensamos de imediato nas formas sociais sedo significadas por e para os sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, de experiência, no espaço político de seus sentidos.

Embora não sinônimas, se considerarmos os lugares teóricos de onde se instaura a definição desse campo do saber sobre a linguagem, que não sua origem e expansão, sua natureza é interdisciplinar. A *Política Lingüística* dialogando com a Sociologia e a *Política de Línguas* dialogando com Análise do Discurso. Suas interfaces colocam a língua na relação com o social, o histórico, passando pelos sujeitos, principalmente, quando se trata de interpretar os efeitos de sentidos das políticas: da deliberadamente planejada (a de uma ação), ou daquela em que o político se instaura nas relações e produz aí divisões, interpelações, distribuições, domínios.

O que parece estar menos visível, nesta discussão, é como esse campo do saber lingüístico, pode ser tomado como um lugar de produção do conhecimento sobre as línguas e sobre a sociedade, pelo percurso do que se perdeu, na própria história dos estudos lingüísticos.

Respondendo a isso, Müller de Oliveira (2007: 84) argumenta que:

No afã de construir um objeto de estudo coerente, para produzir uma ciência nos parâmetros no final do século XIX, quando a discussão do positivismo estava no auge, e no momento em que somente o modelo da física brilhava no horizonte do fazer científico, eliminaram-se, nos estudos da linguagem e das línguas, os falantes, e a sociedade e o seu devir histórico.

Retomando então, a articulação que buscamos concretizar no Entrelínguas, estamos atuando e nos movendo entre essas duas visões de política lingüística. De um lado, quando as ações efetivas do centro estão relacionadas a nossa ação de extensão na universidade e, neste caso, temos o exemplo da aplicação dos exames de certificação de proficiência em

línguas estrangeiras: CELPE-BRAS e CELU, o que nos demanda também elaboração de material e oferta de cursos preparatórios, envolvendo alunos em pesquisa de materiais didáticos (todas atividades extracurriculares de aprendizagem na formação docente.). Além de cursos de línguas para grupos tanto de Português Língua Estrangeira (PLE) como de Espanhol Língua Estrangeira (E/LE)

Para ampliar a relação com a comunidade universitária realizamos mensalmente o seminário *Cartografia: Vozes e Viagens* que tem por objetivo proporcionar um espaço de relatos e depoimentos de experiências, vivências, estudos, projetos, missões em várias áreas do conhecimento, oportunizando vínculos inter-culturais entre pessoas e saberes.

Já em relação à pesquisa, contando com projetos individuais de iniciação científica e de mestrado dos participantes e bolsistas do Centro, as temáticas abordadas se voltam tanto para política lingüística como para a política de línguas, até mesmo aprofundando as leituras sobre as divergências e convergências epistemológicas que atravessam essas duas vertentes, entre elas: *Políticas Lingüísticas e Implantação do Ensino de Espanhol nas Escolas; Espaço de Circulação do Espanhol na Zona de Fronteira; Política de Línguas e Espaço de Enunciação Fronteiriço (Língua Nacional, Língua de Fronteira, Língua de Imigração); O Espanhol no Linguajar do Gaúcho; CELPE-BRAS e a Sentido Político da Brasilidade.*

Os envolvidos nas pesquisas reúnem-se quinzenalmente no *Grupo de Estudos de Política de Línguas* para debater questões teóricas relativas às suas temáticas de investigação, discutir sobre dispositivos analíticos e metodológicos para desenvolvimento dessas investigações. Desta experiência, do ponto de vista da formação acadêmica, integrando ensino e pesquisa, observa-se como alunos de final de graduação amadurecem seus aprendizados, muitas deles, a partir desse envolvimento, engajam-se na formação continuada, candidatando-se à pós-graduação.

Outra ação político-lingüística é a de envolver acadêmicos na preparação de material para ensino de línguas - PLE e ELE. Com diferentes enfoques, esses materiais, de um modo geral são preparados para os cursos oferecidos no centro. Os cursos têm diferentes finalidades, para os que desejam uma certificação da língua, ou para os que vão para intercâmbios (casos alunos do programa Escala Estudantil da AUGM) ou para professores da instituição em viagens de estudos. Também, para ensino de leitura em E/LE, para testes de proficiência realizados na UFSM.

Nesta ação, que tem efeito na prática extensionista do Entrelínguas, o que mais podemos destacar é, na verdade, a complementação na formação docente que se realiza à medida que os acadêmicos se enfrentam com o desafio de elaborar o seu material didático, questionar o seu papel como professor, selecionar o que ensinar e para que ensinar, qual relevância do tema que ensina, como abordá-lo, retomando em certos momentos o conceito ou a visão de língua que têm.

Neste espaço de discussão, as mazelas da formação em curso tendem a ficar expostas e o acadêmico necessita rever até a sua disposição para atividade docente como futuro profissional no ensino de línguas. Este seria nosso exemplo de intervenção na educação lingüística, que se dá na base, naquele que vai ensinar línguas, durante o processo de formação ele precisa se ver como um educador lingüístico, muito mais que um professor de idiomas.

O conjunto dessas atividades que atendem ao tripé, ao qual me referi anteriormente, só tem sentido para quem atua na relação do saber, do fazer e do pesquisar. E nem todos os participantes atuam nessa triangulação, mas criam relações de complementação, despertam interesses, amadurecem intelectualmente, descobrem possibilidades e abrem discussões e idéias para novos projetos, para novos materiais de ensino, organizam seminários.

O efeito último, nem sempre contado nas estatísticas universitárias, é conseguir resgatar o desejo de aprender dos acadêmicos, removê-los de trabalhos burocráticos em setores administrativos da instituição, para colocá-los dentro de um espaço produtivo de formação na sua área de conhecimento, é realmente agir em favor da retenção do aluno na instituição, evitando sua desistência do ensino superior, pelo descrédito na universidade, na formação.

Muitos dos que passaram no Entrelínguas, nesses dois anos, arriscam-se investir na formação continuada, fazendo ponte para pós-graduação, quando se sente capazes de ousar na pesquisa. Esta é uma aposta Política, dentro da universidade, que coincidentemente, tematiza, discute, age, pesquisa a política e o político pelas línguas, sobre línguas e nas línguas.

Referências Bibliográficas:

1. Calvet, Jean-Louis. (2007) *As Políticas Lingüísticas*. São Paulo: Parábola editorial
2. Orlandi, Eni. *Política Lingüística no Brasil*. (2007). Campinas – SP: Pontes.
3. Muller de Oliveira, G. (2007) A Virada Político-Lingüística e a Relevância Social da Lingüística e dos Lingüistas In. *A Relevância Social da Lingüística: Linguagem, Teoria e Ensino*. Djane Antonucci Correa (org.) São Paulo/ Ponta Grossa: UEPG, Parábola Editorial.